

Senado pode recusar acordo

* 4 DEZ 1992

NELSON LUIZ DE OLIVEIRA

BRASÍLIA — O Senado poderá recusar o acordo entre o Brasil e os bancos privados, se não ficar satisfeito com as formas de pagamento da dívida de US\$ 44 bilhões escolhidas pelos bancos entre as opções previstas na minuta da renegociação da dívida externa brasileira, fechada em julho. A prerrogativa do Senado consta do parecer sobre a minuta que o senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentou ontem à Comissão de Assuntos Econômicos, com a concordância declarada ou tácita dos presentes.

O parecer teve sua votação adiada para a quarta-feira porque os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Nelson We-

dekin (PDT-SC) e Moisés Abrão (PDC-TO) apresentaram um pedido conjunto de vistas. Eles querem examinar melhor a capacidade de pagamento do País. Suplicy, especificamente, considera que a minuta de renegociação só deveria ser votada depois do impeachment do presidente afastado, Fernando Collor, quando então o presidente efetivado, Itamar Franco, teria condições de preparar sua própria proposta de acordo.

A minuta em discussão no Senado foi negociada na gestão Collor. O senador Suplicy defende ainda a idéia de que uma nova proposta deveria levar em conta a projeção do caixa do País a partir do ajuste fiscal e a definição dos planos do presidente eleito dos

Estados Unidos, Bill Clinton, para a dívida externa da América Latina. Clinton, na opinião de Suplicy, manterá a tradição do Partido Democrata, de conceder mais facilidades aos devedores.

As considerações de Suplicy foram contestadas pelos senadores Ronan Tito (PMDB-MG) e Mário Covas (PSDB-SP), que são a favor do acordo. Tito ressaltou que o Senado terá a última palavra sobre o refinanciamento.

Caso as opções de pagamento, materializadas em bônus e contratos, sobrecarregarem o País com o pagamento de principal ou de juros, o Senado não deixará o acordo ir em frente. Covas acha que este é "o acordo possível" neste momento.